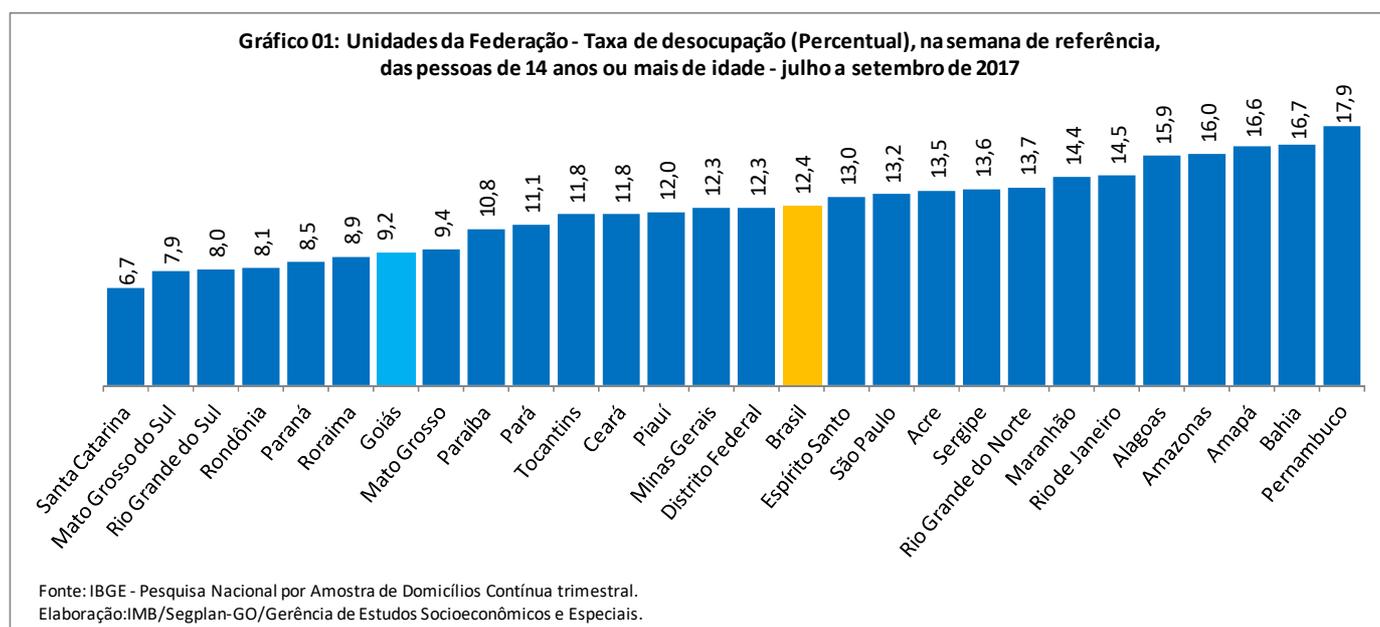


Desocupação em Goiás diminui no terceiro trimestre de 2017

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa de desocupação¹ em Goiás foi estimada em 9,2%, no período de julho a setembro de 2017, uma redução de 1,8 ponto percentual em relação ao trimestre anterior. Essa redução significa 60 mil pessoas a menos na fila de espera por uma vaga de trabalho, perfazendo um total de 340 mil desempregados no estado. A taxa de desocupação em Goiás é a sétima menor entre as Unidades da Federação e 3,2 pontos percentuais abaixo da média nacional (Gráficos 1 e 2).

Em relação ao trimestre anterior, a força de trabalho² aumentou em cerca de 48 mil pessoas, enquanto o total de pessoas em idade de trabalhar (PIT) cresceu em 53 mil, então, cerca de 7 mil pessoas, que estavam fora da força de trabalho, passaram a procurar emprego. Entretanto, o número de empregos gerados no período foi suficiente para absorver o aumento na PIT, reduzir o número de desocupados e, além disso, empregar as pessoas que passaram a procurar emprego, acrescentando um total de 108 mil pessoas no número de ocupados.

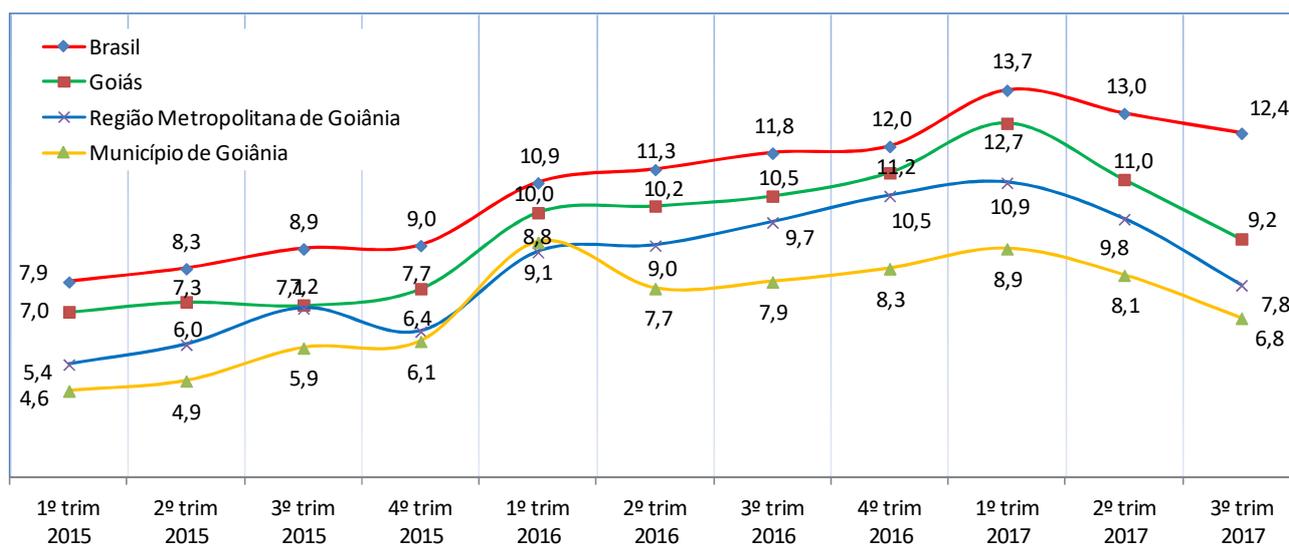


A taxa de desocupação na capital foi estimada em 6,8%, que representa aproximadamente 57 mil pessoas a procura de emprego, 22,2% do total de desocupados do estado. Nesse trimestre, a capital goiana registrou a menor taxa de desocupação dentre as capitais estaduais, com uma queda de 1,3 ponto percentual em relação ao trimestre anterior. Na Região Metropolitana de Goiânia, que representa 39% da força de trabalho do estado, a taxa de desocupação ficou em 7,8%, também a menor dentre as regiões metropolitanas brasileiras. Ao todo são 111 mil desocupados na Grande Goiânia, 32,6% do total de desocupados em Goiás (Gráfico 02).

¹ São classificadas como desocupadas, na semana de referência, as pessoas sem trabalho (que geram rendimentos para o domicílio) nessa semana, que tomaram alguma providência efetiva para consegui-lo no período de referência de 30 dias e que estavam disponíveis para assumi-lo na semana de referência. Consideram-se, também, como desocupadas, as pessoas sem trabalho na semana de referência que não tomaram providência efetiva para conseguir trabalho no período de referência de 30 dias, porque já haviam conseguido trabalho que iriam começar após a semana de referência.

² As pessoas na força de trabalho na semana de referência compreendem as pessoas ocupadas e as pessoas desocupadas nesse período.

Gráfico 02: Goiás e Brasil - Taxa de desocupação (Percentual), na semana de referência, das pessoas de 14 anos ou mais de idade – julho a setembro - 2015 a 2017



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral.
Elaboração:IMB/Segplan-GO/Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais.

A melhora no mercado de trabalho, com o recuo da taxa de desemprego no terceiro trimestre do ano, foi causada tanto pelo aumento da formalidade quanto da informalidade. Segundo dados da Pnad Contínua, o número de empregados sem carteira no setor privado, incluindo trabalhadores domésticos, estimado em 711 mil, subiu 4,2% em relação ao trimestre anterior. Esse aumento representou 54,7% das 64 mil pessoas que conseguiram emprego no setor privado em Goiás, ou seja, quase metade dos empregos gerados foi formal (Tabela 01).

Do ponto de vista do vínculo empregatício, posição na ocupação no trabalho principal, também cresceu os números de ocupados como Empregador, Conta própria e Trabalhador auxiliar, em relação ao segundo trimestre de 2017, elevação de 5,3%, 2,5% e de 26,3%, respectivamente. Isso representa 10 mil pessoas a mais como empregadoras e 20 mil a mais trabalhando por conta própria. É importante observar que essas duas categorias de trabalhadores, somadas (Empregadores e Conta própria) ocuparam aproximadamente 133 mil pessoas a mais nesse ano, perfazendo um total de 1,18 milhão de ocupados (Tabela 01).

Das 3,2 milhões de pessoas ocupadas em Goiás, no terceiro trimestre de 2017, a maior parcela (55,6%) estava empregada no setor privado (incluindo trabalhador doméstico), pessoas que trabalhavam para um empregador, geralmente obrigando-se ao cumprimento de uma jornada de trabalho e recebendo em contrapartida uma remuneração (Tabela 01).

Tabela 01: Goiás - Pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal (mil pessoas) - 2017

Posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal	Número de Pessoas ocupadas no 3º trimestre	Variação no número de pessoas ocupadas		Representação
		3º trimestre	Anual	
Empregado no setor privado, exclusive trabalhador doméstico.	1601	57	41	48,01%
Empregado no setor privado, exclusive trabalhador doméstico - com carteira de trabalho assinada.	1162	28	22	34,84%
Empregado no setor privado, exclusive trabalhador doméstico - sem carteira de trabalho assinada.	439	29	19	13,16%
Trabalhador doméstico	255	12	2	7,65%
Trabalhador doméstico - com carteira de trabalho assinada	79	6	-2	2,37%
Trabalhador doméstico - sem carteira de trabalho assinada	176	6	4	5,28%
Empregado no setor público	413	-1	16	12,38%
Empregado no setor público, exclusive militar e funcionário público estatutário - com carteira de trabalho assinada.	22	1	2	0,66%
Empregado no setor público, exclusive militar e funcionário público estatutário - sem carteira de trabalho assinada.	96	-6	7	2,88%
Empregado no setor público - militar e funcionário público estatutário	295	4	6	8,85%

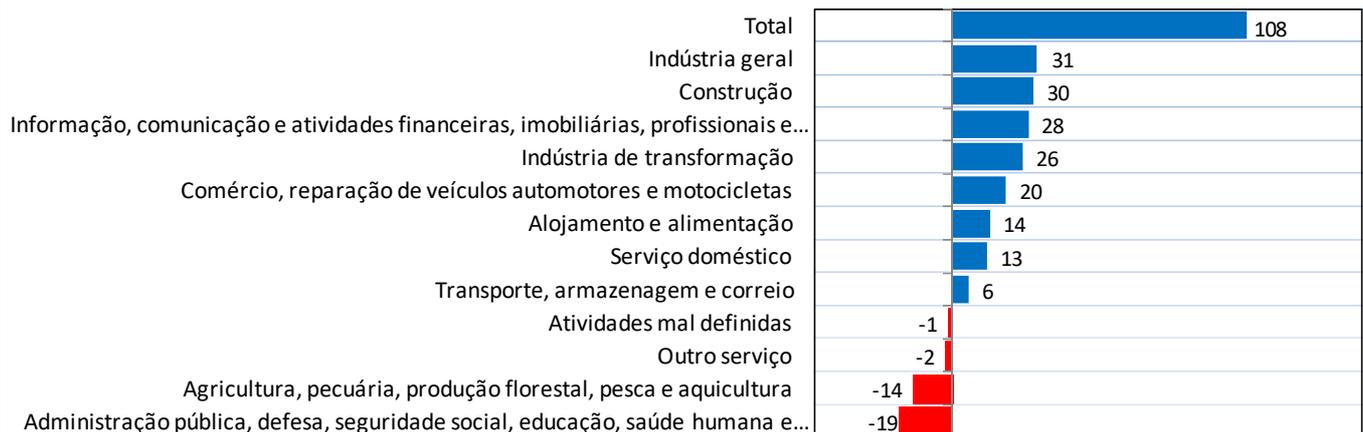
Empregador	199	10	61	5,97%
Conta própria	819	20	72	24,56%
Trabalhador familiar auxiliar	48	10	7	1,44%

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral.

Elaboração: Instituto Mauro Borges/Segplan-GO/Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais.

Apenas quatro grupamentos de atividades tiveram reduções no número pessoas ocupadas, em relação ao segundo período de 2017. Em termos positivos destacaram-se a Indústria geral e a Construção (Gráfico 03). Em relação aos grupamentos ocupacionais, ocorreu a mesma coisa, quatro deles tiveram redução no número de ocupados. Nesse caso, o destaque positivo foi para Operadores de Instalações e máquinas e montadores (Gráfico 04).

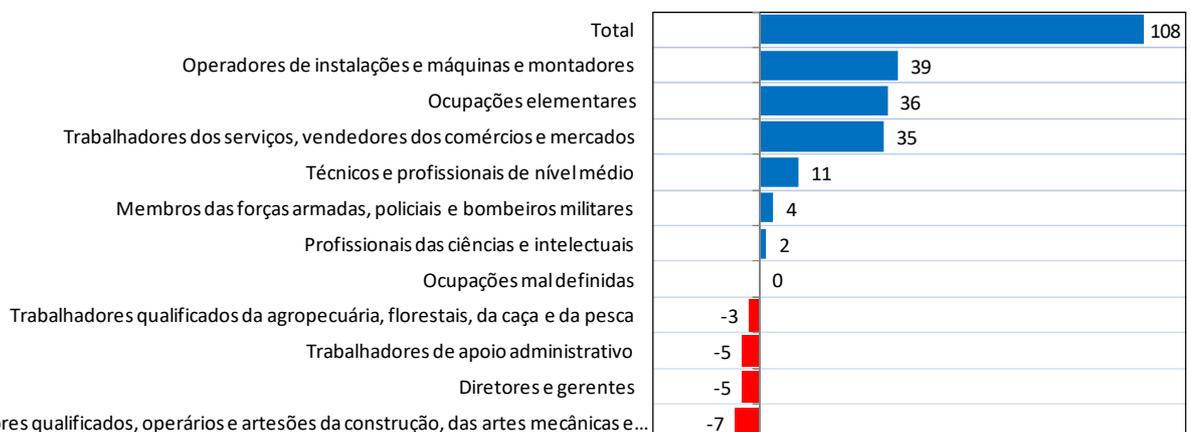
Gráfico 03: - Número de ocupações geradas no 3º trimestre de 2017 em Goiás, por grupamento de atividades no trabalho principal (mil pessoas)



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral.

Elaboração:IMB/Segplan-GO/Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais.

Gráfico 04: Goiás - Número ocupações geradas em Goiás no 3º trimestre de 2017, por grupamentos ocupacionais no trabalho principal (mil pessoas)



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral.

Elaboração:IMB/Segplan-GO/Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais.

Na análise dos indicadores por faixa etária, observou-se que a taxa de desocupação para as pessoas de 14 a 17 anos de idade, que chegou a 47,1% no 1º trimestre de 2017, diminuiu bastante no terceiro trimestre, caindo para 40,2%, contudo, ainda está acima do valor registrado no último trimestre de 2016. Em termos absolutos, a redução em relação ao 1º trimestre significou 11 mil pessoas a menos nessa faixa etária a procura de emprego, perfazendo um total de 45 mil desocupados (Tabela 02).

Na faixa etária de 18 a 24 anos, 2ª maior taxa de desocupação, houve redução no número de desocupados e no total de pessoas nessa faixa etária, contudo, nesse caso, a taxa de desocupação diminuiu em relação ao último trimestre de 2016.

Outro grupo de idade que merece destaque, o de 60 anos ou mais, que representa 16,7% da PIT. O número de desocupados nessa faixa etária subiu 33,3% em relação ao último trimestre de 2016, perfazendo um total de 8 mil pessoas a procura de emprego. Além do mais, o número de pessoas com 60 anos ou mais aumentou 7,9% nesse ano. Apesar disso, é interessante observar que o número de ocupados aumentou bastante em 2017 (+25,6%), o suficiente para elevar o nível de ocupação em 4 pontos percentuais, indicando que o mercado absorveu boa parte da força de trabalho nessa faixa de idade.

Tabela 02: Goiás - Pessoas de 14 anos ou mais de idade, total, na força de trabalho, ocupadas, desocupadas, e respectivas taxas e níveis, por grupo de idade - 2017.

Grupo de idade	Total de pessoas de 14 anos ou mais - 3º trim 2017			Pessoas ocupadas		Pessoas desocupadas		Nível de ocupação		Taxa de desocupação	
	Mil pessoas	Variação Anual	Distribuição	Mil pessoas	Variação Anual	Mil pessoas	Variação Anual	4º trim 2016	3º trim 2017	4º trim 2016	3º trim 2017
14 a 17 anos	450	0,67%	8,15%	67	-4,29%	45	-2,17%	15,6	14,9	39,6	40,2
18 a 24 anos	753	-2,21%	13,63%	449	1,81%	119	-11,19%	57,2	59,6	23,3	20,9
25 a 39 anos	1.591	0,06%	28,80%	1.265	4,89%	99	-24,43%	75,8	79,5	9,8	7,3
40 a 59 anos	1.805	3,50%	32,68%	1.303	6,54%	68	-13,92%	70,1	72,2	6,0	5,0
60 anos ou mais	925	7,93%	16,75%	250	25,63%	8	33,33%	23,2	27,1	3,0	3,2
Total	5.524	2,10%	100,00%	3.335	6,28%	340	-14,14%	58,0	60,4	11,2	9,2

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral.

Elaboração: Instituto Mauro Borges/Segplan-GO/Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais.

Os dados por nível de instrução mostram que apenas um grupo teve redução no número de pessoas ocupadas, em relação ao último trimestre de 2016, o Sem instrução e menos de 1 ano de estudo, com queda de 37,11%. Entretanto, o número de desocupados nesse nível de instrução também teve redução (-59,0%), que pode ser explicada pela redução drástica no número de pessoas que se enquadram nesse grupo (-25,35%).

Apesar da queda na taxa de desocupação em todos os níveis de instrução, houve aumento no número de desocupados com nível Superior ou equivalente incompleto (+8,0%), explicado pelo aumento no número de pessoas com esse nível de instrução. Apesar disso, o nível de ocupação desse grupo subiu 5,7 pontos percentuais, em relação ao último trimestre de 2016 (Tabela 03).

Tabela 03: Goiás – Pessoas de 14 anos ou mais de idade, total, na força de trabalho, desocupadas e respectivas taxas e níveis, por níveis de instrução.

Nível de Instrução	Total de pessoas de 14 anos ou mais		Pessoas ocupadas		Pessoas desocupadas		Nível de ocupação		Taxa de desocupação	
	Mil pessoas	Variação anual	Mil pessoas	Variação anual	Mil pessoas	Variação anual	4º trim 2016	3º trim 2017	4º trim 2016	3º trim 2017
Sem instrução e < 1 ano de estudo	368	-25,35%	100	-37,11%	9	-59,09%	32,2	27,2	11,6	8,4
Fundamental ou equivalente incompleto	1.777	9,15%	886	13,15%	95	-5,00%	48,1	49,9	11,6	9,6
Fundamental ou equivalente completo	484	-2,42%	296	11,28%	31	-29,55%	53,7	61,1	13,7	9,4
Médio ou equivalente incompleto	497	6,42%	275	12,70%	48	-18,64%	52,2	55,3	20,4	14,7
Médio ou equivalente completo	1.395	2,50%	994	3,43%	103	-7,21%	70,6	71,3	10,2	9,4
Superior ou equivalente incompleto	306	9,68%	215	19,44%	27	8,00%	64,4	70,1	12,2	11,2
Superior ou equivalente completo	697	1,60%	570	4,59%	28	-20,00%	79,5	81,8	6,0	4,7
Total	5.524	2,13%	3.335	7,96%	340	-14,14%	58,0	60,4	11,2	9,2

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral.

Elaboração: Instituto Mauro Borges/Segplan-GO/Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais.

Renda do Trabalhador

A massa de rendimento real de todos os trabalhos (soma de todos os salários pagos em Goiás) somou R\$ 6,5 bilhões, no terceiro trimestre de 2017, registrando um aumento de 7,8% no comparativo com o último trimestre de 2016. Do somatório dos rendimentos (massa salarial), 68,0% foram provenientes dos empregados, 12,7% dos empregadores e 19,3% dos trabalhadores por conta própria. Observaram-se, em relação ao último período de 2016, redução na massa do Empregador (-0,18) e dos Empregados (-0,24%). Por outro lado, houve aumento na massa salarial dos trabalhadores Conta própria (0,43%).

O rendimento médio real do trabalhador goiano foi estimado em R\$ 1.978,00, abaixo da média nacional de R\$ 2.115,00. É o décimo primeiro maior rendimento médio real de todos os trabalhos, habitualmente recebido por mês, pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade, dentre as 27 unidades da federação. Em relação ao último trimestre de 2016, houve um aumento de 1,54% no rendimento médio do trabalhador goiano (Quadro 2).

A diferença salarial entre os sexos aumentou. Os homens ganhavam 34,59% a mais que as mulheres no último trimestre de 2016, contudo, os dados do 3º trimestre de 2017 apontam aumento de 2,48% no salário deles, enquanto que as mulheres tiveram aumento de 1,30%, em relação ao último trimestre de 2016. Com isso, a diferença salarial subiu para 36,16% (Quadro 2).

Na análise por agrupamentos de atividade no trabalho principal, a maior variação positiva ocorrida no rendimento médio real do trabalho principal, habitualmente recebido por mês, em relação ao último trimestre de 2016, foi nas atividades de transporte, armazenamento e correio (+17,0%). Por outro lado, a atividade de Construção registrou a maior redução no rendimento médio, **-10,24%** (Quadro 01).

Quadro 01: Goiás - Rendimento médio real do trabalho principal, habitualmente recebido por mês, pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho (Reais).		
Grupamento de atividades no trabalho principal - PNADC	Remuneração Real	
	3º trimestre 2017	Variação anual
Total.	1.924	0,68%
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura.	1.846	2,16%
Indústria geral.	1.747	1,69%
Indústria de transformação.	1.662	1,90%
Construção.	1.596	-10,24%
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas.	1.781	0,79%
Transporte, armazenagem e correio.	2.223	17,00%
Alojamento e alimentação.	1.433	-7,85%
Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas.	2.561	-0,97%
Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais.	2.867	3,54%
Outro serviço.	1.491	3,54%
Serviço doméstico.	854	0,12%

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral.
Elaboração: Instituto Mauro Borges/Segplan/Gerencia de Estudos Socioeconômicos e Especiais.

Subocupação

De acordo com o IBGE, o grupo considerado subocupados por insuficiência de horas trabalhadas³ chegou a 165 mil pessoas no terceiro trimestre de 2017, em Goiás, variação de 51,3%, em relação ao quarto trimestre de 2016. A soma de desocupados com subocupados por insuficiência de horas trabalhadas totalizou 505 mil pessoas, ou 9,2% do contingente total de pessoas em idade de trabalhar, um aumento de 0,2% em relação ao último trimestre de 2016. A taxa combinada da subocupação por insuficiência de horas e da desocupação chegou a 13,7% da força de trabalho, redução de 0,6 ponto percentual, em relação ao último trimestre de 2016.

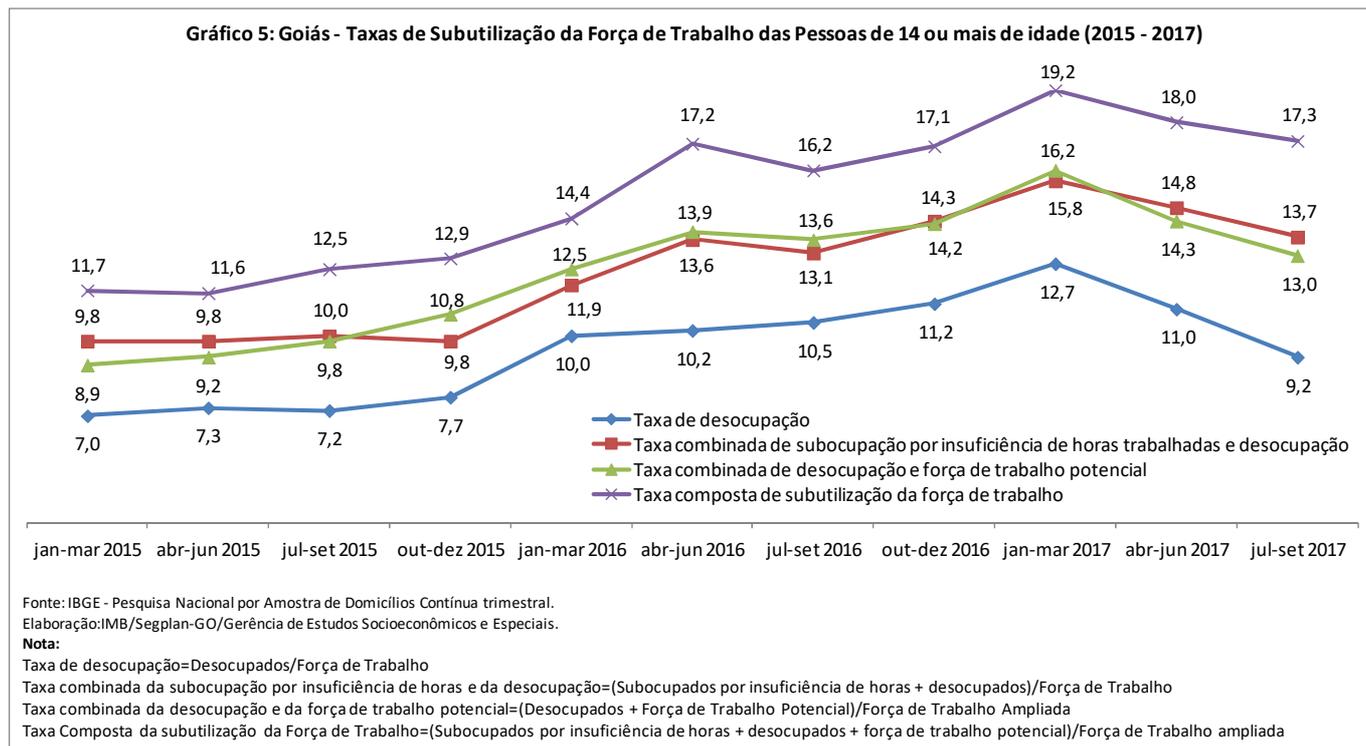
A força de trabalho potencial⁴ em Goiás totalizou 157 mil pessoas no terceiro trimestre de 2017. Com isso, a taxa combinada de desocupação e força de trabalho potencial ficou em 13,0% da força de trabalho ampliada⁵. Somados os 340 mil desocupados, os 165 mil subocupados e os que compõem a força de trabalho potencial totalizam, em Goiás, 662 mil pessoas que precisam de

³ São consideradas subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas as pessoas 14 anos ou mais de idade que, na semana de referência, trabalhavam habitualmente menos de 40 horas no seu único trabalho ou no conjunto de todos os seus trabalhos, gostariam de trabalhar mais horas que as habitualmente trabalhadas e estavam disponíveis para trabalhar mais horas no período de 30 dias, contados a partir do primeiro dia da semana de referência.

⁴ Contingente formado por dois grupos: I. Pessoas que realizaram busca efetiva por trabalho, mas não se encontravam disponíveis para trabalhar na semana de referência; II. Pessoas que não realizaram busca efetiva por trabalho, mas gostariam de ter um trabalho e estavam disponíveis para trabalhar na semana de referência.

⁵ Força de trabalho ampliada: inclui a força de trabalho (ocupados+desocupados) e a força de trabalho potencial (item anterior).

trabalho. A série completa das quatro taxas de subutilização da força de trabalho para Goiás pode ser observada no Gráfico 5, a seguir.



Quadro 02: Goiás – Pessoas de 14 anos ou mais de idade, total, na força de trabalho, ocupadas, desocupadas, fora da força de trabalho, e respectivas taxas, níveis e remunerações, por sexo em Goiás – 3º trimestre de 2017.

Brasil e Unidade da Federação	Total / Sexo	PIA (Mil)	Percentual por sexo	Percentual na força de trabalho	Percentual de ocupados	Percentual de desocupados	Percentual fora da força de trabalho	Nível de ocupação	Nível de desocupação	Taxa de desocupação	Rendimento médio real de todos os trabalhos
Brasil	Total	168.722	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	54,1%	7,7%	12,4%	R\$ 2.115,00
	Homem	80.468	47,7%	55,6%	56,5%	49,3%	34,9%	64,1%	7,9%	11,0%	R\$ 2.359,00
	Mulher	88.254	52,3%	44,4%	43,5%	50,7%	65,1%	45,0%	7,5%	14,2%	R\$ 1.791,00
Rondônia	Total	1.413	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	56,9%	5,0%	8,1%	R\$ 1.785,00
	Homem	702	49,7%	60,5%	61,2%	52,1%	32,1%	70,1%	5,2%	7,0%	R\$ 1.934,00
	Mulher	711	50,3%	39,5%	38,8%	47,9%	67,9%	43,9%	4,8%	9,8%	R\$ 1.539,00
Acre	Total	605	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	48,6%	7,6%	13,5%	R\$ 1.710,00
	Homem	294	48,6%	58,1%	59,5%	48,9%	36,4%	59,6%	7,7%	11,4%	R\$ 1.770,00
	Mulher	311	51,4%	41,9%	40,5%	51,1%	63,6%	38,3%	7,6%	16,5%	R\$ 1.622,00
Amazonas	Total	2.905	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	51,8%	9,9%	16,0%	R\$ 1.768,00
	Homem	1.438	49,5%	58,1%	60,9%	43,4%	35,7%	63,7%	8,7%	12,0%	R\$ 1.869,00
	Mulher	1.468	50,5%	41,9%	39,1%	56,6%	64,3%	40,1%	11,0%	21,6%	R\$ 1.599,00
Roraima	Total	347	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	55,6%	5,4%	8,9%	R\$ 2.056,00
	Homem	174	50,1%	57,1%	58,0%	48,7%	39,1%	64,3%	5,3%	7,6%	R\$ 2.056,00
	Mulher	173	49,9%	42,9%	42,0%	51,3%	60,9%	46,8%	5,6%	10,7%	R\$ 2.056,00
Pará	Total	6.402	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	53,5%	6,7%	11,1%	R\$ 1.445,00
	Homem	3.130	48,9%	58,9%	60,3%	48,0%	33,7%	66,0%	6,6%	9,1%	R\$ 1.514,00
	Mulher	3.272	51,1%	41,1%	39,7%	52,0%	66,3%	41,5%	6,8%	14,1%	R\$ 1.335,00

Amapá	Total	597	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	50,8%	10,1%	16,6%	R\$ 2.229,00
	Homem	291	48,8%	55,2%	57,3%	44,4%	38,9%	59,7%	9,2%	13,3%	R\$ 2.319,00
	Mulher	306	51,2%	44,8%	42,7%	55,6%	61,1%	42,3%	11,0%	20,6%	R\$ 2.106,00
Tocantins	Total	1.205	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	49,3%	6,6%	11,8%	R\$ 1.755,00
	Homem	603	50,0%	59,4%	60,2%	53,4%	38,1%	59,4%	7,1%	10,6%	R\$ 1.856,00
	Mulher	602	50,0%	40,6%	39,8%	46,6%	61,9%	39,2%	6,2%	13,6%	R\$ 1.601,00
Maranhão	Total	5.267	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	45,1%	7,6%	14,4%	R\$ 1.271,00
	Homem	2.563	48,7%	58,7%	59,2%	55,3%	37,5%	54,9%	8,6%	13,6%	R\$ 1.305,00
	Mulher	2.704	51,3%	41,3%	40,8%	44,7%	62,5%	35,8%	6,6%	15,6%	R\$ 1.219,00
Piauí	Total	2.558	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	49,2%	6,7%	12,0%	R\$ 1.355,00
	Homem	1.225	47,9%	57,5%	57,7%	55,9%	35,7%	59,3%	7,8%	11,7%	R\$ 1.431,00
	Mulher	1.333	52,1%	42,5%	42,3%	44,1%	64,3%	39,9%	5,7%	12,5%	R\$ 1.246,00
Ceará	Total	7.259	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	48,1%	6,4%	11,8%	R\$ 1.383,00
	Homem	3.468	47,8%	56,9%	56,8%	57,3%	36,9%	57,2%	7,7%	11,9%	R\$ 1.478,00
	Mulher	3.790	52,2%	43,1%	43,2%	42,7%	63,1%	39,8%	5,2%	11,7%	R\$ 1.255,00
Rio Grande do Norte	Total	2.839	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	46,5%	7,4%	13,7%	R\$ 1.536,00
	Homem	1.353	47,7%	58,0%	58,3%	55,9%	35,6%	56,9%	8,7%	13,2%	R\$ 1.641,00
	Mulher	1.486	52,3%	42,0%	41,7%	44,1%	64,4%	37,0%	6,2%	14,4%	R\$ 1.384,00
Paraíba	Total	3.207	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	48,0%	5,8%	10,8%	R\$ 1.500,00
	Homem	1.501	46,8%	57,6%	58,1%	53,7%	34,2%	59,6%	6,7%	10,0%	R\$ 1.572,00
	Mulher	1.706	53,2%	42,4%	41,9%	46,3%	65,8%	37,8%	5,0%	11,8%	R\$ 1.397,00
Pernambuco	Total	7.635	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	44,1%	9,6%	17,9%	R\$ 1.707,00
	Homem	3.547	46,5%	57,0%	57,5%	54,7%	34,2%	54,6%	11,3%	17,2%	R\$ 1.861,00
	Mulher	4.088	53,5%	43,0%	42,5%	45,3%	65,8%	35,0%	8,1%	18,9%	R\$ 1.494,00
Alagoas	Total	2.672	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	39,1%	7,4%	15,9%	R\$ 1.287,00
	Homem	1.240	46,4%	57,6%	58,6%	52,3%	36,6%	49,5%	8,3%	14,4%	R\$ 1.336,00
	Mulher	1.432	53,6%	42,4%	41,4%	47,7%	63,4%	30,2%	6,6%	17,9%	R\$ 1.215,00
Sergipe	Total	1.821	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	48,4%	7,6%	13,6%	R\$ 1.545,00
	Homem	858	47,1%	55,8%	56,8%	49,5%	36,0%	58,4%	8,0%	12,1%	R\$ 1.628,00
	Mulher	963	52,9%	44,2%	43,2%	50,5%	64,0%	39,5%	7,3%	15,5%	R\$ 1.429,00
Bahia	Total	12.335	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	48,4%	9,7%	16,7%	R\$ 1.375,00
	Homem	5.831	47,3%	55,6%	57,0%	48,4%	35,7%	58,5%	9,9%	14,5%	R\$ 1.476,00
	Mulher	6.504	52,7%	44,4%	43,0%	51,6%	64,3%	39,5%	9,5%	19,4%	R\$ 1.237,00
Minas Gerais	Total	17.463	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	56,1%	7,9%	12,3%	R\$ 1.864,00
	Homem	8.374	48,0%	55,1%	56,0%	48,2%	35,3%	65,6%	7,9%	10,7%	R\$ 2.098,00
	Mulher	9.089	52,0%	44,9%	44,0%	51,8%	64,7%	47,4%	7,8%	14,2%	R\$ 1.556,00
Espírito Santo	Total	3.282	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	56,8%	8,5%	13,0%	R\$ 1.971,00
	Homem	1.583	48,2%	55,6%	56,8%	47,8%	34,4%	66,8%	8,4%	11,2%	R\$ 2.205,00
	Mulher	1.698	51,8%	44,4%	43,2%	52,2%	65,6%	47,4%	8,6%	15,3%	R\$ 1.645,00
Rio de Janeiro	Total	14.171	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	51,7%	8,8%	14,5%	R\$ 2.290,00
	Homem	6.616	46,7%	54,9%	56,0%	48,5%	34,1%	62,0%	9,1%	12,8%	R\$ 2.514,00
	Mulher	7.555	53,3%	45,1%	44,0%	51,5%	65,9%	42,6%	8,5%	16,6%	R\$ 2.004,00
São Paulo	Total	37.399	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	58,2%	8,9%	13,2%	R\$ 2.752,00
	Homem	17.771	47,5%	54,0%	54,9%	48,0%	34,4%	67,2%	9,0%	11,8%	R\$ 3.231,00
	Mulher	19.628	52,5%	46,0%	45,1%	52,0%	65,6%	50,0%	8,8%	15,0%	R\$ 2.165,00
Paraná	Total	9.328	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	58,4%	5,4%	8,5%	R\$ 2.269,00
	Homem	4.490	48,1%	56,3%	56,7%	51,4%	33,8%	68,9%	5,8%	7,7%	R\$ 2.547,00
	Mulher	4.838	51,9%	43,7%	43,3%	48,6%	66,2%	48,7%	5,1%	9,4%	R\$ 1.894,00

Santa Catarina	Total	5.815	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	61,1%	4,4%	6,7%	R\$ 2.313,00
	Homem	2.839	48,8%	55,5%	56,1%	47,3%	36,2%	70,2%	4,3%	5,7%	R\$ 2.606,00
	Mulher	2.976	51,2%	44,5%	43,9%	52,7%	63,8%	52,5%	4,6%	8,0%	R\$ 1.930,00
Rio Grande do Sul	Total	9.447	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	59,4%	5,2%	8,0%	R\$ 2.342,00
	Homem	4.480	47,4%	54,1%	54,8%	45,4%	35,3%	68,7%	5,0%	6,8%	R\$ 2.641,00
	Mulher	4.967	52,6%	45,9%	45,2%	54,6%	64,7%	51,0%	5,4%	9,6%	R\$ 1.962,00
Mato Grosso do Sul	Total	2.103	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	59,8%	5,1%	7,9%	R\$ 2.135,00
	Homem	1.009	48,0%	56,3%	56,8%	50,4%	32,6%	70,8%	5,4%	7,1%	R\$ 2.397,00
	Mulher	1.095	52,0%	43,7%	43,2%	49,6%	67,4%	49,7%	4,9%	9,0%	R\$ 1.789,00
Mato Grosso	Total	2.623	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	58,9%	6,1%	9,4%	R\$ 2.165,00
	Homem	1.288	49,1%	58,3%	59,4%	47,0%	32,1%	71,2%	5,8%	7,6%	R\$ 2.404,00
	Mulher	1.335	50,9%	41,7%	40,6%	53,0%	67,9%	46,9%	6,3%	11,9%	R\$ 1.809,00
Goiás	Total	5.524	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	60,4%	6,2%	9,2%	R\$ 1.978,00
	Homem	2.649	48,0%	55,4%	56,7%	43,5%	33,1%	71,3%	5,6%	7,3%	R\$ 2.233,00
	Mulher	2.875	52,0%	44,6%	43,3%	56,5%	66,9%	50,3%	6,7%	11,7%	R\$ 1.640,00
Distrito Federal	Total	2.501	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	57,2%	8,0%	12,3%	R\$ 3.733,00
	Homem	1.150	46,0%	52,3%	53,3%	45,1%	34,2%	66,2%	7,9%	10,6%	R\$ 4.149,00
	Mulher	1.351	54,0%	47,7%	46,7%	54,9%	65,8%	49,5%	8,2%	14,2%	R\$ 3.257,00

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral.

Elaboração: Instituto Mauro Borges/Segplan - GO/Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais.

Responsável Técnico:
João Quirino Rodrigues Junior
Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais